

ALANDROAL (Juromenha)

Para chegar à Juromenha pode partir de Elvas (a norte) ou do Alandroal (a sul). Em qualquer dos casos escolha a estrada nacional N373. Sensivelmente a meio caminho entre as duas povoações encontrará um cruzamento para a Juromenha. Atravesse a aldeia e siga até junto do Guadiana. O castelo da Juromenha, integrado na fortaleza moderna, ergue-se fronteiro a Espanha.

Castelo da Juromenha

O CASTELO DA JUROMENHA foi construído na margem direita do rio Guadiana, a uma cota absoluta de 208 m. A zona conheceu ocupação antiga. Do período romano regista-se o aparecimento de uma *tabula patronatus*, de uma inscrição dedicada a Júpiter, outra ao deus Endovélico e de uma necrópole que deu vidros do

século I da nossa Era. Para a antiguidade tardia também se conhecem alguns elementos, nomeadamente um pé de altar, uma imposta e um fragmento de friso atribuídos ao período visigótico. As estruturas militares mais antigas correspondem, no entanto, à fase de ocupação muçulmana, quando aqui foi erguida uma fortificação em taipa. As



Castelo da Juromenha.
Vista aérea (Imagens
©2022 Google, Imagens
©2022 CNES / Airbus,
IGP/DGRF, Maxar
Technologies,
Dados do mapa ©2022)

fontes islâmicas referem a Juromenha (*Julûmaniya*) desde 874-875, quando era seu senhor *Makbûl Ibn Umar*, companheiro do rebelde *Ibn Marwân al-Jillîqî*, e que desempenhou papel de relevo nas revoltas muladis do século IX. Segundo *Ibn Hayyan*, aqui se concentravam os *muwalladûn* para combaterem as tropas do emir *Muhammad* de Córdova (852-886). Com a morte de *Ibn Umar*, a Juromenha e o seu território passaram para a alçada dos *Banu Marwân*, ingressando na órbita de Badajoz. A zona foi submetida por *Abd al-Rahmân III* em 930, na fase inicial do Califado. Pouco depois, em 948, é referida por *Ibn Hawqal* no itinerário entre Santarém e Badajoz, indicando que se encontrava a

um dia de marcha desta cidade. No século XI, Juromenha deve ter beneficiado da proximidade à cidade capital dos Aftássidas, podendo datar deste período o seu amuralhado em taipa. Em 1145 foi conquistada por *Abû Muhammad Sidray ibn Wazir*, partidário de *Ibn Qâsi*. O regresso desta zona ao domínio cristão conheceu duas fases. Uma primeira conquista, efémera, foi protagonizada, em abril de 1166, pelo célebre Geraldo Geraldês, *Sem Pavor*, que aqui se estabeleceu com o seu grupo de cavaleiros e que daqui empreendeu as suas campanhas militares. Segundo as fontes muçulmanas, Geraldo retirou-se para o seu castelo de Juromenha depois da derrota de Badajoz (1169) e a partir dele

Planta do Castelo da Juromenha



continuou a desencadear razias contra a grande cidade almóada. Pouco depois, em novembro de 1170, a Juromenha regressaria à posse islâmica. Neste período o castelo é referido por *Ibn Bashkuwâl* como sítio onde os almóadas terão estabelecido um *ribât*. Terá sido sítio de recolhimento de um místico de Múrcia, companheiro de *Ibn al-'Arabî*. Em 1187, quando D. Sancho I assinou uma importante doação aos cavaleiros da Milícia de Évora (futura Ordem de Avis) e ao seu Mestre, D. Gonçalo Viegas, incluindo o castelo de Alcanede, a vila de Alpedriz e o castelo da Juromenha, o monarca ressalva, em relação a este último, que a doação produzia efeito quando o castelo fosse conquistado – *et de illo alio castello quod vocatur Iurismenia, si mihi eum Deus dedetir* –. A conquista definitiva viria a ocorrer apenas em 1242, pela mão de D. Paio Peres Correia, ingressando depois nos domínios da Ordem de Avis, tal como previa a doação de D. Sancho I de 1187. Pouco depois da conquista definitiva, o seu termo é referido nos limites do foral de Estremoz, assinado por D. Afonso III em 22 de dezembro de 1258, e de novo nos limites do foral de Vila Viçosa, outorgado pelo mesmo monarca em 5 de junho de 1270. Os limites do concelho da Juromenha andaram envolvidos em conflitos com os concelhos vizinhos. Em março de 1260 D. Afonso III assinou, juntamente com os representantes dos concelhos de Borba e de Estremoz, um acordo com a

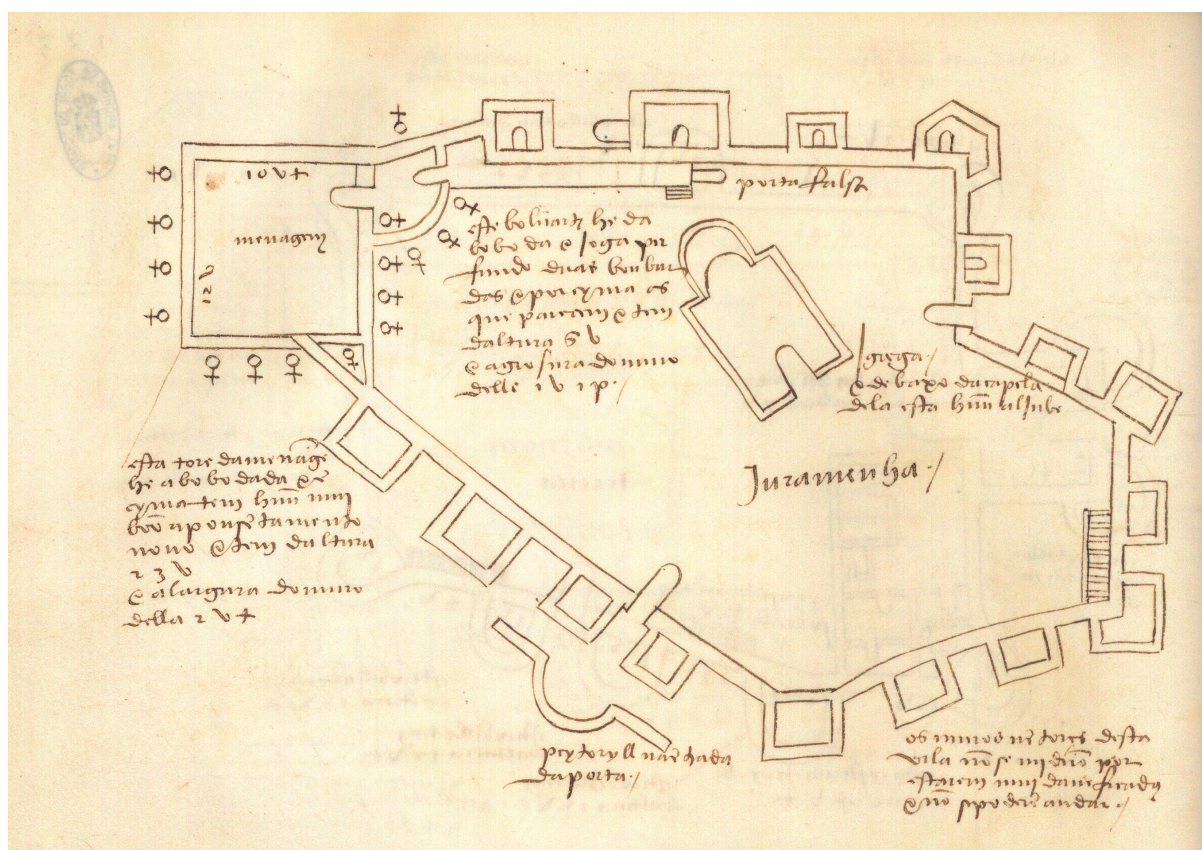
Ordem de Avis, o Mestre Martim Fernandes e o concelho da Juromenha, sobre os limites entre os três concelhos. E nove anos mais tarde, a 12 de setembro de 1269, o mesmo monarca promulgou sentença sobre os limites entre Elvas e a Juromenha. Em 27 de novembro de 1388 recebeu carta de couto para 50 homiziados das mãos de D. João I porque, como diz o monarca, na *Juromenha há muj despobrado por razam da guerra*. O privilégio não deve ter vingado porque em 13 de agosto de 1477 D. Afonso V deu nova carta de couto de homiziados, desta vez para 30 condenados. Privilégio idêntico seria de novo assinado por D. João II em 21 de abril de 1483, e confirmado por D. Manuel I em 7 de junho de 1496. O castelo foi desenhado por Duarte de Armas, em 1509-10, que nos legou um documento iconográfico único. Em 15 de setembro de 1512 recebeu o Foral Novo das mãos de D. Manuel I. A importância do seu posicionamento fronteiriço, colado ao Guadiana, ditou a atenção de que este local gozou no período da Guerra da Restauração, logo a partir de 1640-41. Por três vezes teve projetos planeados: o primeiro pelo engenheiro italiano Pascoeli, cujos desenhos se perderam; o segundo, em 1644, pelo belga João Pascácio de Cosmader; e o terceiro, de 1655-57, da autoria de Nicolau de Langres. Pouco depois, este engenheiro militar francês haveria de desertar para o lado castelhano, tendo participado na conquista da

Acesso atual ao Castelo da Juromenha, no sector sudoeste. Ao centro, a porta de entrada de Época Moderna





Vista do castelo tomada de norte, segundo o Livro das Fortalezas de Duarte de Armas (PT-TT-CF-159-m0040. ANTT).



Planta do castelo nos inícios do século XVI, segundo o Livro das Fortalezas de Duarte de Armas (PT-TT-CF-159-m0143. ANTT).

Juromenha pelo exército de D. João de Áustria, em 1662. A fortaleza apenas regressaria à posse portuguesa em 1668. O seu derradeiro protagonismo militar ocorreu nos inícios do século XIX, no quadro da "Guerra das Laranjas". Em finais da centúria a praça ainda tinha governador e uma pequena guarnição.

As fortificações medievais da Juromenha, quer muçulmanas, quer cristãs, sofreram bastante com o desenvolvimento da fortificação da Restauração, composta por três potentes baluartes voltados a oeste, a norte e a leste, ou seja, em toda a extensão terrestre da fortificação. Bem menos significativas foram as estruturas construídas na face voltada ao Guadiana, onde apenas deparamos com um pequeno baluarte na zona sul. Depois de ultrapassadas as estruturas abaluartadas e de franqueada a porta da fortaleza moderna, o visitante depara-se com os vestígios medievais – uma estrutura poligonal irregular, formada por lanços de muralha retilíneos, flanqueados por 14 torreões espaçados com alguma regularidade, de plantas esquadriadas, pouco salientes –. Sobrevivem vestígios significativos da sua muralha em taipa (*tabiyya*), com uma espessura entre 1,80 e 2 m e que chega a atingir cerca de 8 m de altura. Foi construída em taipa militar (com adicionamento de cal), por taipais com uma altura oscilante entre 84 e 92 cm (dois côvados *ma'muni*), contendo na sua composição cascalho,

fragmentos de telha, tijolo, cerâmica e pedras de varias dimensões. As torres em taipa, de planta quadrangular, são maciças. O troço mais bem conservado é o pano de muralha ocidental, que se desenvolve à mão esquerda de quem passa a porta da fortificação moderna, e que é marcado por três torres de planta quadrangular, parcialmente capeadas a pedra na fase de ocupação cristã. Seguindo em frente, o visitante continua a acompanhar a estrutura medieval, embora parcialmente encoberta pelas estruturas modernas. Ao fundo, a muralha inflete para sudeste, no sentido do Guadiana. No arranque deste pano de muralha localizava-se uma das portas medievais, a porta sul, ladeada por uma das torres em taipa, capeada por alvenaria, que as escavações dirigidas por Fernando Branco Correia e Christophe Picard identificaram, sublinhando que se tratava, tal como a porta norte, de uma entrada reta, o que é compatível com as práticas dos períodos califal e das primeiras taifas. Para esta porta sul, com sistema de duplo paramento do maciço, existem paralelos em Mérida, Gormaz e Toledo.

Depois de tocar a margem do Guadiana, a muralha infletia para norte, apresentando-se pouco guarnecida de torreões. Estes regressam em número significativo quando, a norte, a muralha volta a descolar do rio e inflete para ocidente. Ao longo deste trecho sucedem-se mais sete torreões. O primeiro deles, junto ao Guadiana, incorpora

Sector sul do castelo medieval, com a muralha parcialmente encoberta por edifícios posteriores





Grande torre medieval, designada com a letra L na planta de Duarte de Armas

elementos alti-mediéviços, colocando-se a hipótese de poder ser do período omíada. Trata-se de uma torre de ângulo com corpo em alvenaria à base de xisto e calcário, em fiadas irregulares, com cunhais em pedra granítica reaproveitada, de grande dimensão e com o topo em taipa. Aos 2/3 m esta torre mostra a inclusão de três pedras do período visigótico. O trecho de muralha que esta torre inicia e que se desenvolve na direção oeste é um dos que apresenta construção em taipa, cunhais em pedra e reforço na base das torres. A taipa revelou uma clara homogeneidade, comprovada por análises à sua composição mineralógica.

No período manuelino a muralha norte foi dotada de uma bastida, com a sua característica planta semicircular, preparada para o uso do armamento pirobalístico. Nesta zona localizava-se a porta norte do castelo.

As escavações que, a partir de 1988, decorreram na Juromenha permitiram a identificação de abundantes testemunhos do período islâmico, compreendendo cerâmicas em corda seca total e parcial, cerâmicas da série verde-mangânês, vidrados melados, cerâmicas estampilhadas,

bem como cerâmicas cristãs, medievais e modernas. Apareceram, ainda, algumas estruturas, nomeadamente silos escavados no subsolo rochoso, normalmente conotados com as fases islâmicas. No interior do castelo da Juromenha ergueu-se, a partir de 1312, uma torre de menagem, iniciativa de D. Dinis, que ainda se encontra representada nas vistas de Duarte de Armas (1509-10) mas que foi irremediavelmente destruída por uma explosão em 19 de janeiro de 1659. Também no seu interior encontramos a estrutura moderna da igreja de Nossa Senhora do Loreto, sucessora de estrutura de culto mediévica já documentada em 1255, quando estava consagrada à Virgem Maria. O templo é de planta longitudinal simples com três naves. O acesso principal situa-se no alçado lateral esquerdo, junto à torre sineira posteriormente adossada, e é em arco ogival, encimado por uma cruz florenciada da Ordem de Avis. No mesmo alçado situa-se a porta quinhentista, de linhas retas, à qual se sobrepõe um enquadramento argamassado com decoração fitomórfica e uma placa em mármore com a cruz de Avis. Na ombreira direita desta porta é visível um pentagrama invertido.



Vista geral do interior do recinto medieval

Ainda no interior do recinto amuralhado cristão encontra-se a cisterna, estrutura retangular dotada de dois arcos formeiros.

Definitivamente abandonada pela população desde 1920, o castelo da Juromenha conheceu trabalhos de restauro com alguma envergadura, pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na década de 1950 e, mais tarde, entre 1968 e 1988. Foi classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 41.191, de 18 de Julho de 1957).

Texto: MJB/ICFF - Fotos: CG/MLB
Plano: MS (sobre SIPA-DGPC/CMAlo/PP/JAg)

Bibliografia

ALARCÃO, J., 1988a, II (3), p. 158; ALMEIDA, J., 1945, III, pp. 197-200; CALADO, M., 1993, pp. 31-32; CHANC. AF. III, doc. n.º 182 (de 1258, dezembro, 22), doc. n.º 210 (de 1260, março), doc. n.º 410 (de 1269, setembro, 12) e doc. n.º 434 (de 1270, junho, 5); CORREIA, F.B., 1987, pp. 501-509; CORREIA, F.B., 1994, pp. 27-42; CORREIA, F.B., 1995, pp. 493-498; CORREIA, F.B., 1995-97, pp. 111-128; CORREIA, F.B., 1997, pp. 77-88; CORREIA, F.B., 1998, pp. 193-206; CORREIA, F. B. e PICARD, C., 1992, pp. 71-89; DIAS, L.F.C., 1961-69, IV, pp. 67-68 (de 1512, setembro, 15); ESPANCA, T., 1978, pp. 35-40; GAMEIRO, P.M., 2018, pp. 106-111; GIL, J., 1986, pp. 250-251; GONÇALVES, J.P., 1981, pp. 11-40; MARTINS, M.G., 2016, pp. 206-207; PAVÓN MALDONADO, B., 1993, p. 11; PEREIRA, A.S., 2008, pp. 58-60; PICARD, C. 1997, p. 84; PICARD, C., 2000, p. 99.

